



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680454 - SP (2021/0220887-0)**

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : THIAGO SANTOS DE SOUZA - SP198095  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOAQUIM QUEIROZ BARRETO DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAQUIM QUEIROZ BARRETO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 0000570-65.2021.8.26.0158 ).

O paciente cumpre pena de 9 anos e 5 meses de reclusão em regime inicialmente fechado pelo cometimento do crime de roubo duplamente qualificado, em concurso formal com o crime de corrupção de menor, além de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

A impetrante sustenta que "satisfeito o requisito temporal e comprovado que o reeducando ostenta bom comportamento carcerário, impõe-se a progressão ao regime mais brando. Nesta linha, se a lei não mais exige a realização de exame criminológico, não há que ser invalidado exclusivamente em razão da ausência de participação de médico psiquiatra. " (fl. 5)

Alega, por fim, que "cumprido o requisito objetivo desde 2018 e sobejamente comprovada a satisfação do requisito subjetivo, por meio de atestado de bom comportamento carcerário, de exame criminológico favorável e, especialmente, pelo comportamento do reeducando enquanto permaneceu em regime intermediário, acertada a decisão da Nobre Magistrada de 1º Grau." (fl. 6)

Requer:

a) Liminarmente, a concessão da ordem para que o paciente seja recolocado em regime semiaberto até o julgamento do presente writ, uma vez que presentes o *fumus boni iuris*, diante da afronta ao artigo 112 da Lei de Execução Penal; e o *periculum in mora*, pois o paciente foi regredido ao regime fechado e cada dia que passa em

regime mais gravoso do que a lei lhe garante perpetua-se a ofensa à sua liberdade de locomoção.

b) A confirmação do pedido liminar, concedendo-se a ordem de forma definitiva para que o paciente permaneça em regime semiaberto. (fl. 7)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente